

DITADURA MILITAR E AMAZÔNIA: REPRESENTAÇÕES, IMAGINÁRIOS E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA NA DÉCADA DE 1970¹

DITADURA MILITAR Y AMAZONIA: REPRESENTACIONES, IMAGINARIOS Y LEGITIMACIÓN POLÍTICA EN LA DÉCADA DE 1970

Camila Barbosa Monção Miranda²

RESUMO: O presente trabalho buscará analisar os projetos da ditadura militar brasileira para a Amazônia, dentre eles a Transamazônica, conhecida em todo país como uma tentativa dos militares de concretizar outra das chamadas “obras faraônicas”. O estudo será direcionado para reconhecer imaginários e representações sobre a região e como estes foram utilizados pelo governo e pela grande imprensa para legitimar ou não grande projeto; também serão identificadas as expectativas para as Transamazônicas do ponto de vista endógeno e também exógeno.

PALAVRAS- CHAVE: Ditadura Militar brasileira; Amazônia; grande imprensa; discurso; representação.

RESUMEN: El presente trabajo buscará analizar los proyectos de la dictadura militar brasileña para la Amazonia, entre ellos la Transamazônica, conocida en todo país como un intento de los militares de concretar otra de las llamadas “obras faraônicas”. El estudio será dirigido a reconocer imaginarios y representaciones sobre la región y cómo estos fueron utilizados por el gobierno y la gran prensa para legitimar o no gran proyecto; también se identificarán las expectativas para las Transamazônicas desde el punto de vista endógeno y también exógeno.

PALABRAS CLAVE: Dictadura Militar brasileña; Amazonia; gran prensa; discurso; representación.

O presente trabalho buscará analisar os projetos da ditadura militar brasileira para a Amazônia, dentre eles a Transamazônica, conhecida em todo país como uma tentativa dos militares de concretizar outra das chamadas "obras faraônicas". O estudo será direcionado para reconhecer os imaginários³ e representações sobre a região e como estes foram utilizados pelo governo e pela grande imprensa para legitimar ou não o grande projeto; também serão

¹ O artigo faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "Ditadura militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970". Quando escrito, a pesquisa ainda estava em seu estágio inicial, por isso, serão apresentados aqui apenas questionamentos e resultados preliminares.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFAM; bolsista CAPES; orientador: Prof. Dr. James Roberto Silva.

³ Imaginário é aqui entendido como conjunto de representações que operam em relação de influência mútua com o real e pode ser utilizado como elemento de legitimação e práticas de poder. O conceito de imaginário deve e será melhor discutido no trabalho proposto. Para saber mais sobre, o texto de Márcia Janete Espig (2003), "O conceito de Imaginário: reflexões acerca de sua utilização", é bastante esclarecedor.



identificadas as expectativas para a Transamazônica do ponto de vista endógeno e também exógeno⁴.

Considera-se importante esclarecer um elemento chave e muito presente atualmente nos debates historiográficos sobre a ditadura militar brasileira. A escolha em classificar a ditadura como "militar" e não como "civil-militar"⁵. Isso não significa desconhecer o papel de parcelas da população civil como sujeitos atuantes para a ocorrência do golpe e para a longa duração do regime. É reconhecido o auxílio de civis, inclusive veículos da grande imprensa como, por exemplo, o jornal *O Globo*. Porém, denominar a ditadura como "civil-militar" pode implicar na equalização da culpa entre civis e militares na manutenção do regime autoritário como um todo, incluindo nisso questões como a repressão, a tortura e a perseguição política. Ademais, tal nomenclatura pode gerar o entendimento de que toda a sociedade apoiou integralmente o governo ditatorial, o que seria equivocado, uma vez que tivemos os resistentes e também os que simplesmente se acomodaram às circunstâncias. Dessa forma, optou-se aqui pela utilização do termo "ditadura militar", não por desconhecer ou ignorar a participação de parte da população civil como apoiadores e parte constitutiva do regime, mas por considerar o papel dos militares na manutenção do autoritarismo como elemento central. Portanto, assim como o historiador Marcos Napolitano (2014)

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista [...]. Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma "ditadura civil-militar" ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder (NAPOLITANO, 2014, p.9-11).

Para o estudo proposto serão utilizados como fontes o discurso de Emílio Garrastazu Médici proferido em 8 de outubro de 1970 em Manaus, em ocorrência da Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, e reportagens do jornal *O Globo* e do *Jornal do Commercio* de Manaus publicados entre 1970-1972. A escolha desses periódicos não foi aleatória. O primeiro, de origem carioca, é um dos jornais mais lidos

⁴ Referência à classificação usada por Magali Franco Bueno (2002, p.02): "Existem dois principais níveis de construção da representação sobre a Amazônia: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região".

⁵ A classificação da ditadura como "civil-militar" é defendida pelo historiador Daniel Aarão Reis (2002) e alguns outros historiadores do governo militar, com o objetivo de demonstrar o papel da sociedade civil para a manutenção do regime, evitando que as memórias sobre essa parcela social tenham como foco apenas a resistência.



no Brasil atualmente⁶ e teve um *boom* em seu crescimento durante a ditadura militar brasileira⁷; o segundo, por sua vez, está em circulação há mais de 110 anos, sendo o periódico mais antigo de Manaus e um dos mais antigos do Brasil.

Na análise dos discursos, sejam aqueles proferidos por autoridades políticas, sejam aqueles presentes nos textos dos jornais, tentaremos identificar a produção, a recepção e a apropriação de significados, entendendo que não há neutralidade em nenhuma dessas etapas e muito menos passividade. De acordo com Roger Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p.17).

Logo, num processo de produção há intenções que podem ou não ser correspondidas no momento da recepção e apropriação. Dessa forma, busca-se reconhecer, nas intenções de produção dos discursos dos presidentes militares, por exemplo, a mobilização de imaginários e representações sobre a região amazônica e como estes se articulam com os interesses de um governo autoritário que se travestia de Revolução Democrática. Por outro lado, será possível perceber de que forma os periódicos recebem e se apropriam desses discursos e como eles pretendem (re)produzir dado conjunto de significações em suas publicações.

Pretende-se aqui identificar a intenção desses dispositivos produtores, reconhecendo a difícil e talvez impossível tarefa de analisar todas as possibilidades de apropriação e práticas oriundas dos efeitos gerados pelo contato com o texto. Mas, é preciso deixar claro que a opção por não focar esse eixo de análise não significa desconhecimento de que as representações produzidas só tem efeito quando repercutem no mundo social⁸. Logo, toda narrativa é uma prática social e promove os mais diferentes efeitos no que chamamos de “realidade”.

Visto isso, em diversos de seus trabalhos, Chartier (1990, 1991, 2002, 2011) apresenta uma dupla significação para o conceito de representação que será aqui trabalhado: por um

⁶ De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em pesquisa realizada em 2015, o jornal *O Globo* é o segundo em maior circulação no Brasil, seja em edição impressa, seja em edição digital. Ver lista completa em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 25 de set. de 2016.

⁷ O estudo do jornal *O Globo* durante a ditadura militar foi tema de minha monografia e também pesquisa de Iniciação Científica ao longo de toda graduação. Este é também um dos motivos para a escolha do periódico.

⁸ Roger Chartier (1988, p. 18), atenta para que mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem existência verdadeira a partir do momento em que comandam atos, ações no campo social. Logo, não é possível compreender as representações de forma desprendida do mundo social.



lado, representação pode ser entendido como dar a ver uma coisa ausente, tornar presente uma ausência com o uso de uma imagem que permita a lembrança do que é desejado representar. Ou seja, representação e representado são elementos distintos.

Por outro lado, representação pode ser compreendido como a apresentação de uma presença. Neste sentido, representação e representado são os mesmos. Contudo, há uma aparência que deseja ser transmitida, uma função simbólica construída com a intenção de formar imagens de algo ou alguém.

Esta segunda categorização proposta por Chartier nos interessa de forma particular, uma vez que ela, muitas vezes, se constitui com o objetivo de se confundir com o real. A representação como apresentação pública, então, não deve ser tida por quem vê apenas como pública, mas como a única possível. Dessa forma, a representação pode e é instrumentalizada com vistas ao poder. Porém, como foi dito, as representações não são apropriadas de maneira passiva, por isso “[...] é o crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo” (CHARTIER, 2002, p.172). Assim, analisar as representações sobre a região Amazônica propagadas pelo governo e pela imprensa nos aproxima da compreensão das intenções desses sujeitos e organizações e das relações de poder que constituem o mundo social.

Inserida nesse processo de construção de sentidos e formação de culturas e identidades através das práticas e representações, está a imprensa, entendida aqui como: “[...] linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe” (CRUZ, 2013, p.12). Além disso, como coloca Eduardo Z. Chammas (2012, p.14), a imprensa no século XX torna-se um órgão de poder, configurando importante campo de pesquisa para compreender as nuances e disputas políticas.

Portanto, o estudo desses meios de comunicação impressos é de grande valor para auxiliar na compreensão da relação entre a grande mídia, a população e a política, uma vez que eles funcionam como (re)produtores de valores, tradições, imaginários e práticas, junto de outras instâncias sociais, como a família, as religiões, a educação formal, etc. Dessa maneira, entender a história da imprensa, de forma geral, fornece ferramentas para o melhor entendimento da história política, cultural e social de uma localidade.



Não se pretende aqui, de forma alguma, abarcar as relações e impactos da ditadura em toda a região amazônica, pois sabe-se da multiplicidade de individualidades presentes nesse todo que denominamos Amazônia. Dessa forma, é pretendido tratar dos projetos destinados a esta ampla localidade liderados pelo incentivo governamental nas décadas de 1960-70, reconhecendo que em grande parte das situações o Estado trata esta região múltipla como uma, como uma grande massa florestal a ser “ocupada”, “colonizada”, “desenvolvida”. Lembrando também que as fontes selecionadas, especialmente as periódicas, têm lugares de fala próprios que dizem respeito a uma vivência específica.

Logo, seja na análise dos discursos endógenos (provenientes de órgãos e/ou indivíduos de dentro da Amazônia) ou exógenos (de outras regiões do Brasil), não é esperado uniformidade, consonância ou uma voz que fale, por exemplo, por todo Sudeste, todo Rio de Janeiro ou todo o Amazonas. Os jornais selecionados foram produzidos em capitais brasileiras, o que por si só já significa uma grande diferença ao pensarmos nas relações de cidades do interior com a ditadura militar. Ademais, são jornais de localidades geográficas muito distintas: um da região sudeste e outro da região norte do Brasil. Assim, mesmo sendo duas capitais, são elas muito diferentes entre si. Por sua vez, os discursos governamentais têm também um lugar de fala próprio, diferente dos dois últimos por seu caráter oficial, sua linguagem, seu objetivo, sua localidade geográfica, etc.

Visto isso, este trabalho configura-se como uma pequena contribuição para o estudo da ditadura militar brasileira e da história da Amazônia, nunca deixando de lado a consciência de que os efeitos do regime autoritário de 1964 foram dos mais diversos, uma vez que o Brasil é um país de dimensões continentais, com profundas diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas.

Para auxiliar na compreensão das representações e imaginários sobre a Amazônia no período da ditadura militar, é interessante entender o que Daniel Aarão Reis (2014) chama de cultura política nacional-estatista. Segundo o autor, a cultura política nacional-estatista surge durante o Estado Novo, com Getúlio Vargas, e vigora no Brasil até os dias atuais - o que não significa que ela deixou de sofrer modificações ao longo do tempo - e tem como elementos um Estado centralizador e integrador, um ideário nacionalista e unificador, o apoio das Forças Armadas, alianças sociais com a classe trabalhadora (sempre sob vigilância e tutela do Estado), concepções de modernização e industrialização e uma política externa de afirmação nacional. O seguinte trecho do discurso de Emílio Garrastazu Médici, proferido em Manaus



em 08 de outubro de 1970, revela algumas dessas características da cultura política nacional-estatista:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infra-estrutura sócioeconômica.[...] Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia. [...] O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil (MÉDICI, 1970, p. 145).

Na passagem selecionada percebe-se a construção de representações do governo por ele mesmo, nas quais há a intenção de legitimar o governo como Revolução, como aquele que traz o desenvolvimento, que valoriza a nação e que pretende trazer à luz os problemas do Brasil e resolvê-los. Dessa forma, há aqui o que Chartier (2002) chama de representação reflexiva, na qual o sujeito apresenta-se publicamente da forma como deseja ser visto. Assim, são disseminadas crenças, expectativas e conceitos que podem ou não serem apropriados da forma esperada pelo produtor das representações. Contudo, sabe-se do lugar de poder dominante de Médici, aquele que profere o discurso. Logo, sua autoridade política daquele momento pode trazer maior sensação de credibilidade. Por outro lado, é reconhecida também a possibilidade de resistências, que certamente sofrerão esforços do governo autoritário para serem caladas.

Pensando nos esforços do regime militar para demonstrar seu alcance, seu caráter de "provedor do desenvolvimento" e reforçar seu poder, são criados dispositivos governamentais especialmente voltados para região amazônica. Nesse sentido, temos a SUDAM⁹ (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), fundada em 1966 para substituir a SPVEA (Superintendência de Valorização da Amazônia)¹⁰. Seu principal objetivo era a execução do Plano de Valorização Econômico da Amazônia, conforme sua última reelaboração de 1966. Em síntese, alguns objetivos do Plano eram: busca pelo potencial

⁹ A SUDAM "Foi extinta a 24 de agosto de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sendo, no entanto, recriada no início de 2007, no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011)". Informação retirada de <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

¹⁰ A SPVEA foi fundada em 1953, pelo governo de Getúlio Vargas, como parte do Plano de valorização econômica da Amazônia. Tinha o objetivo de levar o "desenvolvimento" para a região amazônica através da produção agrícola, extrativa e animal; elaborar um plano de transportes e comunicações; levar o capital privado para exploração das localidades; dentre outros. Contudo, não houve muito êxito.



econômico da região; incentivo ao desenvolvimento; formação de grupos populacionais estáveis, especialmente nas fronteiras; adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste; “[...] maior organização no aproveitamento dos recursos naturais da região, mas somente incentivando a economia extrativista quando esta não pudesse ser substituída por atividade mais rentável [...]” (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 112-113); incentivo à expansão da agricultura; qualificação da mão de obra da região; uso de recursos federais e privados¹¹ para promover o desenvolvimento.

Também nessa linha, a ditadura militar lançou a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em 1967; o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária) e o PIN (Plano de Integração Nacional), em 1970; dentre outros organismos que tinham como fim: colonizar, ocupar, desenvolver, integrar e descobrir a Amazônia¹², promovendo o progresso no Brasil. Essas palavras que acabo de citar estão frequentemente presentes nos discursos governamentais, nas reportagens da época e, inclusive, nos livros e artigos acadêmicos sobre o assunto publicados nas décadas de 1970 e 1980.

Visto isso, sobre a necessidade colocada pelo governo de ocupar a região amazônica, Médici discorre em seu discurso:

O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul (MÉDICI, 1970, p. 148).

Esse trecho reafirma a ideia de que as regiões Norte e Nordeste do país são como um “peso” para a região Centro-Sul, logo, nada mais lógico para o regime militar do que tentar resolver os problemas dessas localidades de forma conjunta: aliviar o excesso populacional e os problemas da seca no Nordeste incentivando a migração nordestinos para “ocupar de desenvolver” a Amazônia. Esta mesma linha de raciocínio está presente em edição do jornal

¹¹ “[...] dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos), ficando a parte de infra-estrutura, planejamento e pesquisa com o governo [...]” (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 113).

¹² Não serão aqui explicados minuciosamente as funções de cada um dos organismos citados. Isso pode ser encontrado no resultado final da dissertação defendida em agosto de 2018.



O Globo, de 18 de junho de 1970, em reportagem intitulada “Arrancada para a integração Nacional: decreto dá ao Norte e ao Nordeste rota do progresso”:

O decreto-lei que financia a montagem de infra-estrutura econômica e social nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM é uma passo possivelmente histórico no combate aos desequilíbrios regionais, um dos entraves à arrancada do Brasil como um todo no ciclo do desenvolvimento acelerado (*O Globo*, 18/06/1970, p. 5).

O projeto da Transamazônica surge, então, para possibilitar a integração nacional almejada e fazer com que o acesso à esta região, tida antes como misteriosa, seja viável, funcionando como alternativa complementar às vias fluviais, como pode ser visto neste outro trecho do discurso de Médici:

BRASILEIROS da Amazônia, homens de todo o Brasil. Venho à Amazônia sob o signo da fé. [...] Venho para trazer à gente desta terra a crença de meu governo e o entusiasmo do Brasil inteiro nos destinos da Amazônia. E, por isso mesmo, quero ser, aqui, mais do que nunca, realista e verdadeiro, para não ser, um instante sequer, messiânico, fantasista ou prometedor, na terra em que tudo sempre se permitiu à imaginação. [...] Cumpre, pois, conhecê-la mais a fundo, visto que sem possuir dados concretos que se situem além da lenda, da ficção e do imediatismo [...] Estaremos, assim, facilitando o esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia — imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria História. [...] Trago à Amazônia a confiança do Governo e a confiança do povo em que a Transamazônica possa ser, afinal, o caminho para o encontro de sua verdadeira vocação econômica e para fazer-se mais próxima e mais aberta ao trabalho dos brasileiros de todas as partes (MÉDICI, 1970, p. 145).

Nota-se aqui o esforço da ditadura em se afastar dos imaginários mitológicos, lendários sobre a Amazônia, muito presente nos diários de viajantes do século XVI, e propor uma ação “real” que promova desenvolvimento.

Porém, diferente da onda de otimismo mais intensa no jornal *O Globo* de no discurso de Médici, em reportagem do *Jornal do Commercio* transparece a preocupação dos moradores do interior com a chegada restritiva do tal desenvolvimento e também a valorização dos produtos regionais, que foram colocados no discurso como “momentos passageiros de riqueza”:

A Zona Franca [...] é uma “área de demonstração”: os planos desenvolvimentistas não deverão ficar adstritos à cidade, mas às demais áreas da Amazônia Ocidental. [...] Há incorporação a ansiedade na aplicação da lei, como dois anos de vigência nos limites da “área-demonstração”. [...] o Ministro Costa Cavalcante, discursando na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em Belém, assegura que a palavra oficial é “de tranquilidade, segurança, otimismo e confiança. Algum pessimismo e certo desânimo, em primeiro momento, talvez se tenham espalhado nesta Região”. O interior irá recebendo a estensibilidade da “área-demonstração”, sem esquecer, entretanto, a defesa e o vitalismo dos produtos básicos que alicerçam a economia de 600.000 criaturas, somente no Amazonas. Plano



desenvolvimentista da Zona Franca, mas borracha, sorva, [...] juta, cacau, madeiras e os demais produtos das outras zonas, que ainda formam, além de tudo, o cerne e o sangue da Amazônia Ocidental. (Jornal do Commercio, 23/02/1969, capa)

Além disso, em vez de simplesmente admirar ou glorificar os esforços do regime militar, o *Jornal do Commercio*, em reportagem de 23 de abril de 1970 intitulada “a Transamazônica e a integração nacional”, faz um panorama da ocupação regional, partindo dos jesuítas, no século XVI e passando por Euclides da Cunha e seu livro “A Margem da História”, para dizer que a ideia de complementar a rede fluvial com rodovias não é original. Apesar disso, dá crédito positivo ao governo por dar continuidade à empreitada.

Após esse breve estudo da relação da ditadura militar de 1964 com a Amazônia através das fontes selecionadas, percebe-se, por essa pequena amostra, que muitas consonâncias e contradições estarão presentes na análise dos discursos e representações proferidos de dentro e de fora da Amazônia.



FONTES:

Sob o signo da fé. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 8 de outubro de 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view>>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

Jornal do Commercio. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

O Globo. Acervo online. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1978.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.
- _____. **O mundo como representação.** In: Revista Estudos avançados, São Paulo, nº 11(5), p.173-191, 1991.
- _____. **À Beira da Falésia: A história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. **Defesa e ilustração da noção de representação.** In: Fronteiras, Dourados, v.13, nº23, p. 15-29, jan./jun. 2011.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- ESPIG, Márcia Janete. **O conceito de Imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História.** In: Revista Textura, nº 9, nov. 2003 a jun. 2004, p. 49-56.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964.** A história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.



_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista.
In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50
anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 11-29.